

# Ocupação e urbanização dos cerrados: desafios para a sustentabilidade

Aristides Moysés  
Eduardo Rodrigues da Silva

## Resumo

Os Cerrados do Centro-Oeste continuam ameaçados pela ocupação de seu solo com produtos exportáveis, determinantes, a partir de 1970, para o desenvolvimento da região. A produção de *commodities* substituiu a vegetação natural por soja, milho, sorgo e pastagens e estas não alimentam os lençóis freáticos dos cerrados, afetando mais de 300 cursos d'água. São dois momentos distintos dessa ocupação: de 1970 a 1980, período em que as transformações econômicas impuseram um processo de ocupação perversa ao bioma cerrado; na década de 1990, os efeitos dessa ocupação se manifestam de forma mais contundente, provocando um processo de concentração urbana de grandes proporções.

**Palavras-chave:** ocupação dos cerrados; *commodities*; Centro-Oeste; concentração urbana; desenvolvimento regional.

## Abstract

*The Cerrado (Woodland Savanna) of Brazil's Central-West region continues threatened as a result of the occupation of its soil by exportable products, which have been fundamental, from 1970 onwards, to the development of the region. The production of commodities replaced the natural vegetation with soy beans, maize, sorghum and pastures, which do not feed the ground waters of the Cerrado, affecting more than 300 watercourses. Two distinct moments marked the occupation of the Central-West region: the 1970-1980 period, when the economic transformations imposed a process of perverse occupation on the biome, as a result of agriculture and farming modernization, and the decade of 1990, when the effects of this occupation, associated with the transformations provoked by globalization, manifested themselves more strongly, leading to an extensive process of urban concentration.*

**Keywords:** *occupation of the cerrado; commodities; Brazilian Central-West region; urban concentration; regional development.*

## Introdução

A região Centro-Oeste, fortemente influenciada pelo investimento estruturante do Estado, tem sofrido modificações significativas nas últimas quatro décadas. Esse fenômeno intensificou-se com a modernização da agricultura, o que possibilitou condições competitivas para a produção de *commodities*. Esse processo, por um lado, modificou as relações de trabalho no campo, substituindo o modelo de produção voltado para a subsistência por um modelo que contemplava fundamentalmente a produção de mercadorias destinadas para o mercado exportador; por outro lado, desmantelou a incipiente produção agrícola calcada na agricultura familiar, liberando para as cidades uma leva significativa de migrantes. Tudo isso repercutiu de forma intensa nas principais cidades do Centro-Oeste, principalmente nos entornos de Goiânia e de Brasília, onde se concentra, em apenas 33 municípios, aproximadamente 40% da população de toda a região.

Goiânia e Brasília, vistas como territórios isolados, possuem indicadores globais que as qualificam como cidades com ótima qualidade de vida e com alto potencial de consumo. Entretanto, quando a análise se estende para o espaço metropolitano, intra-metropolitano e intra-urbano, percebe-se a existência de grandes contradições que revelam outra faceta da realidade social, delineada pela fragmentação e pela segmentação social. Isso significa que os espaços desses territórios estão marcados por forte segregação socioespacial, conseqüência do processo de desigualdades sociais que tem se manifestado também em outras cidades, sobretudo aquelas que se beneficiaram dos

dividendos proporcionados pela produção de *commodities*. O foco central deste artigo é o processo de ocupação dos cerrados do Centro-Oeste e suas perversas conseqüências tanto para o bioma cerrado quanto para as cidades, receptoras imediatas dessa ocupação.

## Características importantes do cerrado

Os cerrados são um tipo de vegetação que se caracteriza por uma variedade de árvores baixas e retorcidas, típicas do Centro-Oeste brasileiro, mas que podem também ser encontradas na Amazônia, em parte do Nordeste e Sudeste Brasileiro e até mesmo no Sul, embora em menor quantidade.<sup>1</sup>

Segundo Abramovay (1999, p. 2), o cerrado é o segundo maior bioma brasileiro (após a Amazônia) e concentra nada menos que um terço da biodiversidade nacional e 5% da flora e da fauna mundiais. No que se refere à flora, é considerada a mais rica dentre as savanas existentes no mundo. Destaque-se que o cerrado ocupa posição estratégica, tanto do ponto de vista hidrográfico quanto da geografia econômica.

No que se refere à sua hidrografia, Altair Sales Barbosa, antropólogo e pesquisador do Instituto do Trópico Subúmido da Universidade Católica de Goiás, lembra que o cerrado desempenha papel importante como alimentador das principais bacias hidrográficas brasileiras.

O cerrado é a cumeira da América do Sul, distribuindo águas para as grandes bacias hidrográficas do continente. Isso

ocorre porque na área de abrangência do Cerrado se situam três grandes aquíferos, responsáveis pela formação e alimentação dos grandes rios do continente: o aquífero Guarani, associado ao arenito Botucatu e a outras formações areníticas, mais antigas, responsáveis pelas águas que alimentam a bacia do Paraná. Os aquíferos Bambuí e Uruçuia. [...] são responsáveis pela formação e alimentação dos rios que integram as bacias do São Francisco, Tocantins, Araguaia e outras, situadas na abrangência do Cerrado. Estes aquíferos, que se vêm formando durante milhões de anos, de pouco tempo para cá não estão sendo recarregados como deveriam, para sustentar os mananciais. Isso ocorre porque a recarga dos aquíferos se dá pelas suas bordas nas áreas planas, onde a água pluvial infiltra e é absorvida cerca de 60% pelo sistema radicular da vegetação nativa, alimentando num primeiro momento o lençol freático e lentamente vai abastecendo e se armazenando nos lençóis mais subterrâneos. Com a ocupação dos chapadões de forma intensa, que trouxe como consequência a retirada da cobertura vegetal, sua substituição por vegetações temporárias de raiz subsuperficial, a água da chuva precipita, porém não infiltra o suficiente para reabastecer os aquíferos. Consequência, com o passar dos tempos, estes vão diminuindo de nível, provocando, num primeiro momento, a migração das nascentes, das partes mais altas, para as mais baixas e a diminuição do volume das águas, até chegar o ponto do desaparecimento total do curso d'água. Convém ressaltar que este é um processo irreversível. (Barbosa, s.d)

A esse respeito, Abramovay (1999, p. 3) afirma que

[...] a água acumulada nos lençóis freáticos dos cerrados do Centro-Oeste vai abastecer nascentes que dão origem a seis das oito maiores bacias hidrográficas brasileiras, exceção apenas para as bacias do Rio Uruguai e do Atlântico Sudeste.

Os cerrados ocupam 85% do grande platô do Brasil Central Brasileiro, o que representa cerca de 20% da superfície do Brasil. Em suas entranhas está grande parte das nascentes que abastecem as principais bacias hidrográficas brasileiras, tais como a Amazônica, a do São Francisco e a Bacia do Prata, e sua abundância hídrica é muito importante na vegetação (Pires, 1996, p. 52, apud Abramovay, 1999). Essa ligação permite o intercâmbio de sementes, pólen e mesmo a dispersão da fauna através das matas de galeria que acompanham córregos e rios, possibilitando que indivíduos de espécies do cerrado se acasalem com representantes de espécies da Amazônia, da Mata Atlântica, da Caatinga, o que contribui para aumentar a variabilidade genética das espécies (Novaes, 1994, apud Abramovay, 1999).

Em suma, o cerrado é considerado uma das principais áreas de ecossistemas tropicais da Terra, sendo um dos centros prioritários para a preservação da biodiversidade do planeta. Entretanto, vários fatores têm contribuído para alterar essa situação. Dentre eles, ressaltam-se a pressão urbana e o rápido estabelecimento de atividades agrícolas na região, o que tem provocado uma rápida redução da biodiversidade desses ecossistemas.

No que se refere à geografia econômica, a posição estratégica do cerrado vem atraindo investimentos a partir dos anos 1970, pelas seguintes razões: por estar no centro do país, portanto próximo dos grandes centros consumidores; pela sua malha rodoviária que facilita o escoamento da produção; pelo desenvolvimento de cultivares adaptados ao solo e clima; pela sua geografia com grandes extensões de planícies, o que propicia o desenvolvimento da pecuária e da agricultura mecanizada, dentre outras. Por isso, grandes empresas agropecuárias instalaram-se no Centro-Oeste, sobretudo no Sul, Sudeste e Sudoeste do estado de Goiás, graças aos incentivos governamentais, transformando a região numa das principais produtoras de *commodities* oriundos das agroindústrias.

Cabe destacar que, na segunda metade dos anos 70, o governo federal criou o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) que previa grandes investimentos em infra-estrutura, recursos para pesquisa agropecuária e assistência técnica na região Centro-Oeste do país. Esse programa compreendia três programas especiais: Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan), Programa Especial da Região de Grande Dourados (Prodegan) e o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Geoeconômica)

É visível a transformação que esses incentivos fiscais provocaram na região como um todo. Segundo dados estatísticos do Ministério da Agricultura, a evolução da ocupação das terras dos cerrados brasileiros, que passou de 5 milhões de hectares cultivados com cereais, com uma produção de cerca de 5 milhões de toneladas de grãos em 1970, para cerca de 10 milhões de hectares e

produção média de 20 milhões de toneladas em 1990, duplicando a produtividade média. Atualmente, a região é responsável por cerca de um terço da produção brasileira de grãos.

Da mesma forma, grandes extensões de terras foram ocupadas com pastagens para a produção de carne e leite. A produtividade elevou-se significativamente com o uso de técnicas de melhoramento genético e de manejo de rebanho, colocando a região numa posição de destaque no *ranking* nacional, com 40,5% do rebanho nacional, ou seja, aproximadamente 60 milhões de animais.

## Ocupação desordenada do cerrado e desigualdades sociais nos centros urbanos

Destaquem-se dois aspectos relevantes. O primeiro é historicamente conhecido e refere-se ao desmantelamento das formas de produção rudimentares de cultivo da terra, voltadas para a subsistência das famílias envolvidas. Esse processo foi hegemônico até o final dos anos 60 e foi sendo substituído por uma estrutura econômica e tecnológica moderna a partir dos anos 70. Tal fato viabilizou uma produção de escala que visava, sobretudo, o mercado exportador. Sob esse aspecto, estudiosos vêm analisando o agravamento das condições socioeconômicas nos centros urbanos provocado pelo afluxo intenso de pessoas para as cidades, mas também as conseqüências psicossociais provocadas pelo que os antropólogos chamam de desenraizamento, ou seja, a falta de chão,

de convivência mais profunda, enfim, saudades das raízes ligadas essencialmente ao cultivo da terra.

Outro aspecto tem a ver com a forma como se utiliza o solo e os problemas ambientais derivados de seu uso. Sendo assim, cabe uma pergunta: existe uma correlação entre ocupação e desigualdades sociais nas cidades, frutos de um processo desordenado e perverso de ocupação do cerrado no Centro-Oeste?

Primeiramente, por que perverso? O “perverso” pode ser explicado a partir de três variáveis que se complementam e são indispensáveis no processo de transformação da região numa grande produtora de *commodities* (grãos, cana-de-açúcar, carnes e algodão, entre outros): ver o cerrado como área de fronteira; utilizar largamente pivôs de irrigação e usar intensivamente fertilizantes, sobretudo agrotóxicos. Inúmeros estudos, principalmente do Centro de Pesquisas Agropecuárias dos Cerrados (CPAC) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), têm apontado as fragilidades do cerrado no que se refere à sua forma de ocupação, ou seja, ocupar esse bioma como área de fronteira é exaurir dele toda a fertilidade que possui, fertilidade essa que tem como função garantir o futuro do próprio bioma.

Mais uma vez, vale registrar as observações de Abramovay (1999, p. 5) quanto à abundância de água nos cerrados e sua função irrigadora do próprio solo:

Essa concentração do período das chuvas sucedida por uma prolongada seca (4 a 7 meses) determina a estratégia adaptativa das plantas de buscar água a dez metros de profundidade, o que

faz com que a vegetação e a vida animal nos cerrados sejam mais importantes sob o solo do que acima de sua superfície (*Floresta de cabeça para baixo*), ajuda a explicar a ausência de campanhas públicas voltadas a sua preservação. (o grifo é nosso).

Ao se fazer uso intensivo de pivôs,<sup>2</sup> colocam-se em risco as fontes perenes de água, muitas delas provenientes de “águas profundas”. A esse respeito, Abramovay (1999, p. 9) estima que o consumo de água em pivôs, em certas épocas, chega a 3,45 bilhões de litros utilizados em irrigação diariamente, apenas no estado de Goiás – cerca de 20 vezes o consumo doméstico diário do milhão de pessoas que vive em uma cidade como Goiânia. “É um risco, uma vez que não se tem conhecimento confiável dos aquíferos da região, suas áreas de recarga e descarga, seus ciclos internos e sua capacidade de suporte”.

Em 2003, essa situação de conflito entre irrigação e abastecimento urbano fez com que o Ministério Público de Goiás lacrasse pivôs centrais, para que não se comprometesse o abastecimento de cidades inteiras.

Outro problema está relacionado ao uso de fertilizantes e agrotóxicos, sobre os quais só recentemente o Congresso Nacional produziu legislação específica visando o controle de sua utilização. Ainda assim, um controle mais efetivo esbarra na morosidade e deficiência do aparato de fiscalização. Surge, portanto, a hipótese de que também é pertinente relacionar as desigualdades sociais nas cidades às questões ambientais advindas de um processo produtivo não sustentável do ponto de vista ecológico, não as associando

apenas às formas clássicas de explicação das desigualdades que, em parte, estão relacionadas ao forte processo migratório e ao êxodo rural.

Migrar, num primeiro momento, não é uma decisão que se faz de forma tranquila, pois significa romper com laços familiares, com relações de vizinhança. Na verdade, é uma profunda ruptura com o *modus vivendus* no qual se estava inserido por um longo período de tempo. Num segundo momento, quando o migrante já está novamente instalado, ainda que em situação precária, ele se engaja no propósito de promover transformações pessoais e familiares, buscando obter melhores condições de vida.

No caso do cerrado, o processo perverso de preparo da terra, visando ampliar a produção de grãos e de carne, está exaurindo as potencialidades naturais de seu solo e tornando o acesso à água cada vez mais difícil, na medida em que o lençol freático vai ficando mais profundo. Como consequência, várias nascentes secaram.<sup>3</sup>

## Formação da rede urbana no Centro-Oeste

Apesar de o Centro-Oeste, no seu conjunto, se apresentar como um território de baixa densidade demográfica, pode-se dizer que, a partir dos anos 70, formou-se aí uma rede urbana que desempenha papel importante na estruturação do espaço regional-urbano. No processo histórico, identificam-se alguns vetores que dinamizaram a ocupação do Centro-Oeste. Assim, estímulos endógenos como as atividades mineradoras, a pecuária extensiva, a implantação de ferrovias, a

melhoria das precárias estradas rodoviárias e a implantação de infra-estrutura, ao longo do tempo, foram importantes para a conformação dos núcleos urbanos, porém insuficientes para dar a densidade demográfica necessária à ocupação do Centro-Oeste.

Reconhece-se, também, que o investimento maciço do setor público, principalmente nas esferas federal e estadual, produziu estímulos à formação de uma rede urbana que se configurou de forma dispersa na maior parte do território, porém densa em pontos específicos como Brasília, Goiânia, Campo Grande e Cuiabá. A decisão do Estado de atuar como principal agente estruturador da região se acentuou, sobretudo a partir dos anos 30, com a política denominada “Marcha para o Oeste” e a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) em 1967, que passou a coordenar as ações e investimentos públicos destinados ao Centro-Oeste.

Como destaque de ações concretas, deve-se salientar a construção de Goiânia, cuja pedra fundamental foi lançada em 24 de outubro de 1933. Já nos anos 50, antes mesmo da construção de Brasília, Goiânia já era um núcleo urbano expressivo, com uma população acima de 100 mil habitantes e um comércio dinâmico, sinalizando que tinha vocação e assumiria muito brevemente a condição de núcleo polarizador, o que de fato ocorreu.

A construção de Brasília, a partir da segunda metade dos anos 50, consolidada no início da década de 1960, intensificou ainda mais o processo de ocupação da região, na medida em que atraía um contingente significativo de imigrantes. A implantação dessas duas capitais planejadas no Planalto Central possibilitou a formação do “eixo” Goiânia-

Anápolis-Brasília, que reúne atualmente 33 municípios, constituindo um espaço de grande concentração de população, representando mais de 1/3 da população total do Centro-Oeste.

## Metamorfose urbana no Centro-Oeste e no Planalto Central brasileiro

A urbanização do Planalto Central fez parte integrante do mesmo processo que urbanizou a região Centro-Oeste. As cidades de Goiânia e Brasília são o alfa e o ômega, e ambas têm o estado de Goiás como base logística, já que nele emergiram. Vale ressaltar que a construção dessas duas cidades, em pleno cerrado, constituiu um dos fatos mais relevantes que ocorreram naquele período.

Assimetrias à parte, também o desmembramento do estado de Mato Grosso, em 1977, implicou a criação do estado do Mato Grosso do Sul e transformou Campo Grande em capital, o que constituiu também um fato relevante, na medida em que a resultante dessa decisão foi a consolidação do desenvolvimento econômico do lado sul do antigo estado e a consolidação de um grande centro urbano que já existia, mas que ganhou impulso quando foi alçado à condição de capital.

Quatro decisões tomadas exogenamente, ou seja, a construção de Goiânia, a de Brasília, o desmembramento do estado de Mato Grosso e, por fim, a subdivisão de Goiás em 1989 – passando sua parte norte a receber o nome de Tocantins e a integrar

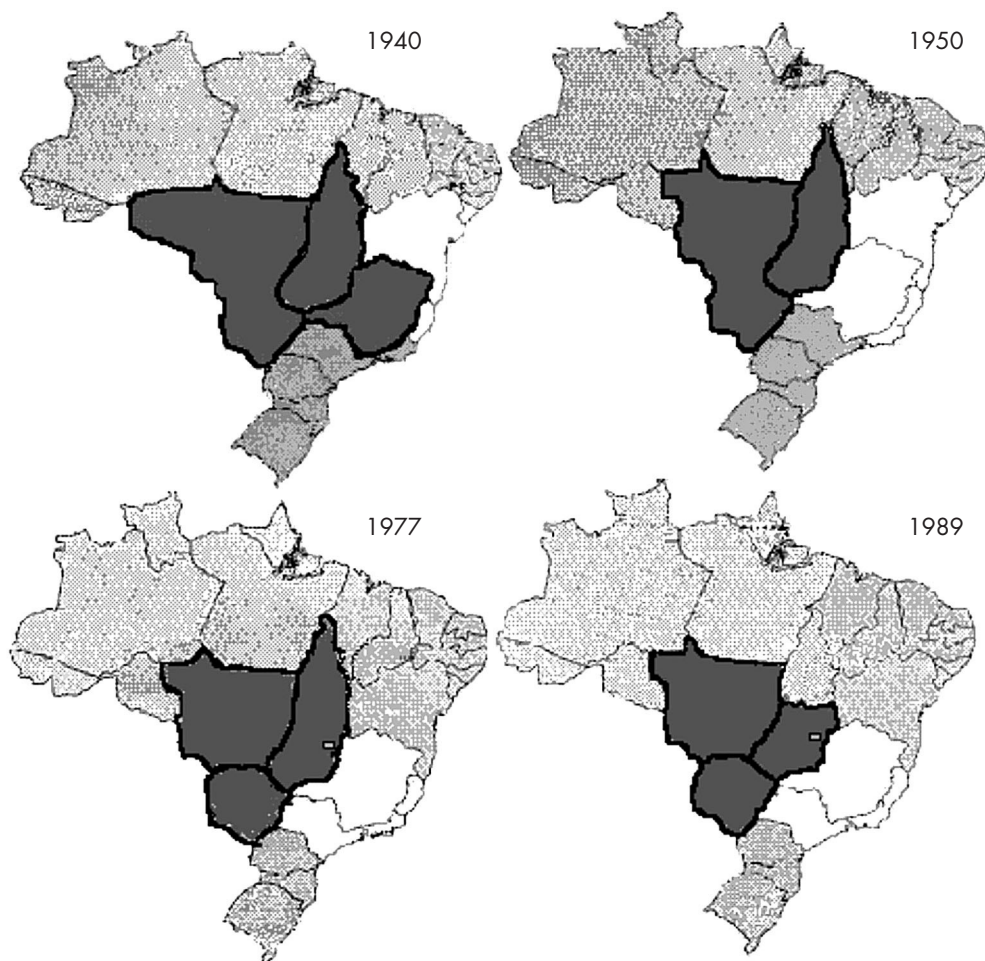
a região Norte do país – foram frutos de ingerências tomadas endogenamente e que resultaram na conformação de um espaço urbano dinâmico na região Centro-Oeste, embora tenham ocorrido em momentos diferentes,

A reflexão a seguir tem como referência temporal os seguintes períodos: 1930-1969 e 1970-1989. Os anos 90 serão objetos de estudo à parte, por se tratar de uma década marcada por políticas públicas de caráter mais restritivo e que confrontaram as das décadas anteriores, assumindo, portanto, funções explícitas de desmonte dos instrumentos de estruturação da economia regional e sinalizando o advento das políticas de recorte neoliberal.

## Características socioeconômicas da ocupação do espaço centroestino

Conforme Moysés et alii (1999, pp. 3-4), a conformação geoespacial da região Centro-Oeste vem sofrendo modificações significativas ao longo das últimas décadas, como pode ser observado na seqüência apresentada na Figura 1. Em 1940, a Região era formada pelos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; contudo, na década seguinte, passou a ser composta apenas pelos dois últimos. No Governo JK, foi criado o Distrito Federal (DF), iniciando-se a construção de Brasília. Em 1977 e 1989, os estados de Mato Grosso e Goiás, respectivamente, foram subdivididos. Dessa forma, atualmente a Região Centro-Oeste é constituída pelos

Figura 1 - ConFormação geoespacial da Região Centro-Oeste



Fonte: IBGE – Anuário estatístico 1996.

estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal.

O Centro-Oeste brasileiro ocupa 18,8% do território nacional e possui uma população de mais de 11,5 milhões de habitantes, representando 6,9% da população total brasileira. Desse contingente, 86,7% residem nas cidades, conforme Tabela 1.

Percebe-se que todos os estados da região têm sua população vivendo majori-

tariamente nas cidades. Esse grau elevado de urbanização vem ocorrendo a partir dos anos 1970. Até então, a população do Centro-Oeste era predominantemente rural. Isso significa que a dinâmica econômica das cidades existentes era determinada pelo setor rural, cuja base econômica era constituída por uma economia de subsistência, o que, em termos de renda, empobrecia a economia de toda a região.



Tabela 1 – População residente, urbana e rural do Centro-Oeste – 1991-2000

| Brasil<br>CO | Urbana      |             | Rural      |            | Total       |             | Urbanização |      |
|--------------|-------------|-------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|------|
|              | 1991        | 2000        | 1991       | 2000       | 1991        | 2000        | 1991        | 2000 |
| Brasil       | 110.990.990 | 137.953.959 | 35.834.485 | 31.845.211 | 146.825.475 | 169.799.170 | 75,6        | 81,2 |
| CO           | 7.663.122   | 10.092.976  | 1.764.479  | 1.543.752  | 9.427.601   | 11.636.728  | 81,3        | 86,7 |
| MS           | 1.414.447   | 1.747.106   | 365.926    | 330.895    | 1.780.373   | 2.078.001   | 79,4        | 84,1 |
| MT           | 1.485.110   | 1.987.726   | 542.121    | 516.627    | 2.027.231   | 2.504.353   | 73,3        | 79,4 |
| GO           | 3.247.676   | 4.396.645   | 771.227    | 606.583    | 4.018.903   | 5.003.228   | 80,8        | 87,9 |
| DF           | 1.515.889   | 1.961.499   | 85.205     | 89.647     | 1.601.094   | 2.051.146   | 94,7        | 95,6 |

Fonte: IBGE – Censos.

Elaboração: Prefeitura de Goiânia - Seplam/DPSE/DVPE/DVSE.

Com base nos censos de 1940 a 1960, observa-se que o Centro-Oeste era uma região quase despovoada, considerada, por Milton Santos (1996, p. 61), uma região virgem, um imenso vazio, pré-mecânica, conforme Tabela 2. Até o final dos anos 60, menos de 3 milhões de pessoas habitavam toda a região, que apresentava uma densidade demográfica de 1,8 hab/km<sup>2</sup>, enquanto a população do país era de aproximadamente 70 milhões de brasileiros, com uma densidade demográfica de 8,2 hab/km<sup>2</sup>.

A partir de 1970, esse quadro alterou-se, tanto do ponto de vista econômico

quanto da urbanização. O Centro-Oeste passou a ser, em termos relativos, a região que mais cresceu economicamente em todo o país. Também a que mais se urbanizou. Os números confirmam que houve uma mudança radical no perfil de sua ocupação a partir desse ano. A densidade demográfica no Centro-Oeste teve crescimento assustador em relação ao conjunto das outras regiões do país. Destarte, enquanto a média de crescimento da densidade do Brasil, no período de 1960 a 2000, foi de 142,9%, a do Centro-Oeste foi de 301,7%, evidenciando a força do movimento migratório em direção à região.

Tabela 2 – Densidade demográfica da Região Centro-Oeste – 1940-2000

| Brasil/CO          | Área<br>(km <sup>2</sup> ) | Densidade populacional – Total |      |      |      |       |       |        |
|--------------------|----------------------------|--------------------------------|------|------|------|-------|-------|--------|
|                    |                            | 1940                           | 1950 | 1960 | 1970 | 1980  | 1991  | 2000   |
| Brasil             | 8.547.404                  | 4,8                            | 6,1  | 8,2  | 10,9 | 13,9  | 17,2  | 19,92  |
| Centro-Oeste       | 1.612.077                  | 0,8                            | 1,1  | 1,8  | 3,1  | 4,7   | 5,8   | 7,23   |
| Mato Grosso do Sul | 358.159                    | 0,0                            | 0,0  | 0,0  | 0,0  | 3,8   | 5,0   | 5,81   |
| Mato Grosso        | 906.807                    | 0,5                            | 0,6  | 1,0  | 1,8  | 1,3   | 2,2   | 2,77   |
| Goiás              | 341.290                    | 2,4                            | 3,6  | 5,6  | 8,6  | 11,3  | 11,8  | 14,69  |
| Distrito Federal   | 5.822                      | 0,0                            | 0,0  | 24,1 | 92,3 | 202,1 | 275,0 | 352,16 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Depto. de População e Indicadores Sociais, Censos Demográfico.

Esses dados, para Milton Santos (1996, p. 61), mostram a região Centro-Oeste como um espaço muito receptivo aos fenômenos de urbanização, dado, segundo ele, o seu caráter de despovoamento. Por isso, descobre que a região:

Pode, assim, receber uma infra-estrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos. Desse modo, aí o novo vai dar-se com maior velocidade e rentabilidade. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo nele se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento.

Outra interpretação, mais recente, não reconhece a região como um vazio econômico ou demográfico, na medida em que o ciclo mineratório possibilitou a emergência de núcleos urbanos necessários às atividades econômicas da mineração. Segundo estudo do IPEA, IBGE, Unicamp/IE/Nesur (2002, p. 163),

[...] não se tratava de uma área até então desocupada, ou um grande vazio, como é suposto freqüentemente. Em função do legado histórico, a região dispunha de núcleos e experiências de vida urbanas importantes, ainda que dispersas, tipificando uma ocupação descontínua e sustentada por uma base econômica tradicional, subproduto característico da atividade mineratória originária.

Esse estudo reconhece, portanto, que a região tinha como característica uma população rarefeita, o que lhe conferia um adensamento pouco significativo e uma economia assentada em formas arcaicas de relações sociais (pecuária extensiva, agricultura de subsistência, regime de posse da terra e de trabalhadores agregados), o que implicava “uma relação socioeconômica com grande capacidade de resistência aos estímulos do mercado”.

Observando-se os dados da população em termos absolutos (Tabela 3), pode-se verificar que, até a década de 1960, a população do Centro-Oeste representava menos de 5% da população brasileira. A partir da década de 1970, esse percentual se ampliou, passando de 5,4% para 6,9%, conforme o Censo 2000. Verifica-se que 60,6% da população do Centro-Oeste está concentrada no estado de Goiás e no Distrito Federal.

De 1940 até o final dos anos 60, as taxas de crescimento populacional, apresentadas na Tabela 4, foram superiores às das demais regiões do país. A partir dos anos 70, continuaram ascendentes, porém em índices menores. Cabe destacar que as taxas de crescimento do Centro-Oeste só perdem para o Norte do país, o que evidencia o papel desempenhado pela região como “porta de passagem” para o processo de interiorização do desenvolvimento.

A partir de 1970, portanto, com exceção da região Norte, as taxas de crescimento anual da população total do Centro-Oeste foram superiores à taxa nacional e às das demais regiões do país. Ressalte-se que todos os estados do Centro-Oeste também tiveram incremento populacional acima do conjunto das demais regiões do país, sendo que o Mato Grosso, puxado por aglomerações

Tabela 3 – População total residente na Região Centro-Oeste – 1940-2000

| Brasil/CO        | 1940       | 1950       | 1960       | 1970       | 1980        | 1991        | 2000        |
|------------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| Brasil           | 41.236.315 | 51.944.397 | 70.070.457 | 93.139.037 | 119.002.706 | 146.825.475 | 169.799.170 |
| Centro Oeste     | 1.258.679  | 1.736.965  | 2.942.992  | 5.073.259  | 7.544.795   | 9.427.601   | 11.636.728  |
| CO/Brasil (%)    | 3,1        | 3,3        | 4,2        | 5,4        | 6,3         | 6,4         | 6,9         |
| Mato G. do Sul   | 0          | 0          | 0          | 0          | 1.369.567   | 1.780.373   | 2.078.001   |
| Mato Grosso      | 432.265    | 522.044    | 889.539    | 1.597.090  | 1.138.691   | 2.027.231   | 2.504.353   |
| Goiás            | 826.414    | 1.214.921  | 1.913.289  | 2.938.677  | 3.859.602   | 4.018.903   | 5.003.228   |
| Distrito Federal | 0          | 0          | 140.164    | 537.492    | 1.176.935   | 1.601.094   | 2.051.146   |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Depto. de População e Indicadores Sociais. Censo Demográfico.

Tabela 4 – Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População, segundo as Grandes Regiões e Unidades Federativas do Centro-Oeste 1940 - 2000

| Brasil e regiões | 1940/50 | 1950/60 | 1960/70 | 1970/80 | 1980/91 | 1991/00 |
|------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Brasil           | 2,3     | 3,0     | 2,9     | 2,5     | 1,9     | 1,6     |
| Norte            | 2,3     | 3,3     | 3,5     | 5,0     | 3,9     | 2,9     |
| Nordeste         | 2,3     | 2,1     | 2,4     | 2,1     | 1,8     | 1,3     |
| Sudeste          | 2,1     | 3,1     | 2,7     | 2,6     | 1,8     | 1,6     |
| Sul              | 3,2     | 4,1     | 3,5     | 1,4     | 1,4     | 1,4     |
| Centro-Oeste     | 3,4     | 5,4     | 5,6     | 4,1     | 3,0     | 2,4     |
| Mato G. do Sul   | –       | –       | –       | –       | 2,4     | 1,8     |
| Mato Grosso      | 1,9     | 5,5     | 6,0     | -3,3    | 5,4     | 2,4     |
| Goiás            | 3,9     | 4,6     | 4,4     | 2,8     | 0,4     | 2,5     |
| Distrito Federal | –       | –       | 14,4    | 8,2     | 2,8     | 2,8     |

Fonte dos Dados Básicos: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 1991. Tabela extraída do Relatório MPO/SEPRE “Revisão das Estratégias de Desenvolvimento do Centro-Oeste: Relatório Final da Coordenação (1998)”. 1991/2000 – IBGE – Download – Censo/Dados do Universo

como Sinop e Alta Floresta, registrou taxa de crescimento geométrico de 5,4% no período 1980-91, reduzindo para 2,4% no período 1991-2000. Nesse período, Goiás e o Distrito Federal obtiveram as maiores taxas, 2,5% e 2,8% respectivamente.

Ora, manter taxas expressivas de crescimento populacional e sustentá-las durante um longo período (de 1950-1980) justifica-se tanto pela existência de *fatores de*

*expulsão* existentes na dinâmica econômica capitalista de outras regiões, com efeitos perversos em uma economia como a brasileira, quanto de *atração*, existentes no Centro-Oeste. Sem a combinação desses dois fatores, atração de um lado e expulsão de outro, o “fenômeno” não teria transformado a região num espaço econômico e urbanizado, integrado à economia nacional e internacional e integrador da região Norte.

Cabe ressaltar que a existência desses fatores mostra a ineficiência de uma política nacional de desenvolvimento regional. Na verdade, políticas de desenvolvimento regional existiam e expressavam-se através de inúmeros programas e projetos que, desde a segunda metade da década de 1950, foram implantados em diversas regiões do país. Tais políticas, todavia, eram implementadas de forma isolada, não integradas, muito embora o discurso da integração nacional sempre estivesse presente na retórica dos políticos. A ausência de uma política nacional de integração econômica acabou por fortalecer o desenvolvimento econômico dos estados da região Sudeste do país, sobretudo São Paulo, e, conforme Estevam (1998, p. 189), isso reforçou o caráter complementar das economias das demais regiões.

Quanto aos fatores de expulsão e de atração, vale dizer que estão associados a um processo que combina a mobilidade da população, enquanto força propulsora das atividades econômicas, com os investimentos na modernização do aparato produtivo, tanto no campo quanto na cidade. Entretanto, cabe analisar tudo isso sob outro enfoque, também plausível, que coloca a questão da mobilidade populacional num quadro amenizador de tensões localizadas em outras regiões do país. Nesse sentido, a região Centro-Oeste acabou servindo de acomodação para seguidos fluxos migratórios.

O recorte amenizador de tensões assumido pela região teve também o seu lado positivo, na medida em que grande parte do capital humano que se dirigiu para o Centro-Oeste contribuiu para incorporá-lo à dinâmica da economia brasileira. Esse processo, conforme Moysés (1999),<sup>4</sup> transformou a região num espaço com grandes

potencialidades de crescimento econômico, pois a natureza continental do país permitia “empurrar” a fronteira agrícola para regiões “vazias”.

O fato é que o Centro-Oeste deixou de ser majoritariamente rural e passou a ser majoritariamente urbano a partir da década de 1970, exatamente quando o governo federal fez-se presente através da injeção de grandes somas de recursos na região. Vale destacar que as ações governamentais, traduzidas em importantes aportes de recursos, a grande maioria a fundo perdido, por um lado, estimularam o seu desenvolvimento, sobretudo nas atividades agropastoris e agroindustriais; por outro, provocaram grandes impactos nos seus espaços urbano e rural, alterando o seu perfil socioespacial.

Não resta dúvida de que os investimentos públicos e privados alocados por conta dos incentivos e programas governamentais foram de extrema importância para o crescimento da região, na medida em que proporcionaram um grande dinamismo econômico local, ao mesmo tempo em que asseguraram a sua integração à economia nacional.<sup>5</sup> No entanto, cabem algumas ponderações quanto aos efeitos decorrentes desse aporte maciço de investimento, pois, se de um lado, ele deu um novo perfil econômico à região, de outro, proporcionou também uma nova feição social às suas cidades, sobretudo àquelas que mais se desenvolveram.

Os fluxos migratórios ganharam significância, pois estavam revestidos de um componente de natureza eminentemente social, dado o grau de mobilidade que assumiam, e de natureza econômica, na medida em que deslocavam não só sonhos e esperanças, mas também mão-de-obra barata que alimentava um processo de acumulação

extremamente perverso. Um outro componente era de caráter cultural, pois o processo de “*desenraizamento*”, para aqueles que haviam deixado para trás a convivência de um mundo marcado pela solidariedade, em que a vida, apesar de rudimentar era harmônica, gerava, também, frustrações pelo que haviam perdido e medo do que viria pela frente, pois o seu mundo anterior desmoronara-se diante da modernização.

Na leitura de Borges (1999, pp. 8-9), esse processo também provocou transformações na ordem social, alterando o padrão de sociabilidade da população local, porque mantinha a predominância do sistema fundiário, assentado em grandes propriedades rurais que se tornaram ainda maiores, deslocando seus habitantes, que se deslocaram para as periferias das cidades próximas, perdendo, conseqüentemente, o seu vínculo empregatício.

Não se pode ignorar que o conjunto de ações exógenas já citadas contribuiu também para acelerar o movimento migratório e, conseqüentemente, adensar o Centro-Oeste. Basta verificar os dados sobre a dinâmica populacional para se verificar que a população total e urbana alcançara, já a partir dos anos 50, taxas expressivas de crescimento médio superiores à média nacional e à das demais regiões vistas isoladamente. Isso significa que os propósitos da *Marcha para o Oeste*, na perspectiva de se interiorizar o desenvolvimento, pelo menos no Centro-Oeste, foram atingidos.

De fato, esse contexto tipicamente econômico possibilitou a formação de uma rede urbana que passou a desempenhar papel importante na conformação do urbano no Centro-Oeste, em que o setor terciário era responsável por um consumo moderno e

diversificado. Porém, essa conformação assumiu também um caráter excludente. Isso porque, a partir dos anos 70, a modernização da agricultura importou não só máquinas, equipamentos e *commodities* (sementes de soja e de milho) tecnologicamente mais modernos, mas também migrantes com um perfil diferente, constituídos por “paulistas, paranaenses e gaúchos, em geral portadores de capital e com experiência na atividade agrícola” (IPEA, IBGE, Unicamp/IE/Nesur, 2002, p. 170).

Se, por um lado, as práticas modernas possibilitaram o rápido desenvolvimento de grandes áreas do Centro-Oeste, por outro, trouxeram problemas de natureza social que foram desaguar nas médias e grandes cidades. Em outros termos, a combinação de fatores tecnológicos aliados à experiência em agricultura de exportação e os investimentos públicos produziram, de fato, um novo modelo que resultou num processo de esvaziamento do campo e concentrou nas cidades o excedente rural que fora expulso.

Observe-se a perversidade desse novo modo de acumulação: a entrada de capital moderno na agricultura, voltado para a produção de *commodities*, substituiu não só os despossuídos assentados na fase anterior (até os anos 60), mas também a produção tradicional como arroz, feijão, milho e mandioca, necessária à economia de subsistência, mas também importante para minimizar o custo da reprodução da força de trabalho nas cidades. Nesse caso, os despossuídos e os produtos tradicionais constituíam fatores de produção típicos da economia de subsistência, que antes assumiam um caráter solidário, mas perderam sentido no novo contexto econômico. Nessa linha de raciocínio, é

oportuna a argumentação de Borges (1999, p. 8) de que, com os incentivos e financiamentos governamentais, a produção no campo passou a atuar sob a lógica capitalista no complexo grãos e carne, com busca crescentes de produtividade, voltando-se prioritariamente à exportação.

## Conformação de uma rede urbana concentrada

O processo de desenvolvimento urbano do Centro-Oeste revestiu-se de uma dinâmica contraditória marcante. De um território pouco adensado e com uma base econômica extremamente precária, evoluiu para um processo acelerado de urbanização sustentado por uma economia voltada para o abastecimento do mercado externo. A economia, até o final dos anos 60, atraía um tipo de mão-de-obra que demandava tecnologia de baixo custo e, portanto, não era poupadora de força de trabalho. Os migrantes que para cá se dirigiam estavam ligados às atividades de natureza tradicional e eram basicamente constituídos de trabalhadores despojados de meios de produção.

Com o advento da modernização da agricultura e a intensificação industrial das economias urbanas, num quadro de dependência, alterou-se o perfil do migrante. Entraram em cena os migrantes vindos do sul do país, detentores de capital, de novos conhecimentos e apoiados por incentivos governamentais. A combinação de capital, trabalho mais qualificado para lidar com equipamentos modernos e incentivos fiscais engendraram uma nova economia, voltada para o mercado externo.

Esse tipo de economia tem suas especificidades assentadas numa dinâmica que exige, de um lado, cada vez mais capital (capital inovado) e, de outro, cada vez menos mão-de-obra (especialmente qualificada) e, por conseqüência, novos produtos em que se incorporam cada vez mais trabalho morto em detrimento do trabalho vivo.

As mudanças que ocorreram no processo de reprodução do capital na região foram radicais, pois evoluíram de um processo de acumulação simples para um processo de acumulação ampliada, ou seja, se antes produziam valores de uso, passaram a produzir praticamente valores de troca. Isso não significa que sua economia tenha sido fechada, havendo comercialização apenas entre os seus próprios membros e nunca com o exterior, mas sim que o porte de sua produção e, conseqüentemente, de sua comercialização (ou seja, as transações comerciais) foi insuficiente para assegurar a continuidade de um processo ininterrupto de produção e de consumo de escala.

Em outros termos, a produção anterior tinha como objetivo principal abastecer a própria região e, muito raramente, o mercado externo, já que produzia excedente apenas para os mercados locais, portanto, insuficientes para atender à demanda externa. Isso permite concluir que as disparidades regionais não seriam superadas enquanto os investimentos públicos se dirigissem predominantemente para o grande capital.

No que se refere ao desenvolvimento da produção para o mercado externo, os dados da Tabela 5 ajudam a entender essa dinâmica, na medida em que mostram o crescimento expressivo das exportações de excedentes do Centro-Oeste pós-1970, sobretudo de produtos semimanufaturados e

Tabela 5 – Taxa média anual de crescimento das exportações brasileiras no período 1985/95, por regiões (em %)

| Brasil e regiões    | Básicos | Semi-manufaturados | Manufaturados | Total |
|---------------------|---------|--------------------|---------------|-------|
| Brasil              | 3,45    | 9,58               | 3,86          | 4,62  |
| Região Norte        | 9,62    | 23,59              | 5,13          | 12,7  |
| Região Nordeste     | -1,05   | 8,28               | 2,4           | 3,01  |
| Região Sudeste      | 3,54    | 8,28               | 3,26          | 4,03  |
| Região Sul          | 2,43    | 9,02               | 6,22          | 5,01  |
| Região Centro-Oeste | 16,48   | 20,85              | 11,99         | 16,82 |
| Mato Grosso         | 22,23   | 48,08              | 9,02          | 20,82 |
| Mato G. do Sul      | 19,61   | 39,29              | 15,21         | 20,88 |
| Goiás               | 8,76    | 10,96              | 21,57         | 10,39 |
| Distrito Federal    | -5,72   | -                  | 2,37          | 6,49  |

Fonte dos Dados Básicos: Ministério da Indústria e Comércio e do Turismo. Elaboração: Atlas Regional das Desigualdades. IPEA/DIPES, IBGE.

Obs.: No campo onde não constam valores, não foi possível calcular a taxa de crescimento, pois, em alguns anos, não ocorreram exportações. Tabela extraída do Relatório MPC/SEP/RE "Revisão das Estratégias de Desenvolvimento do Centro-Oeste: Relatório Final da Coordenação (1998)".

manufaturados. Esses produtos são resultado dos novos processos produtivos implantados, advindos dos vários complexos agroindustriais de grãos-carne, evidenciando o amadurecimento econômico da região no sentido de cumprir o papel de que fora incumbida como região de fronteira, ou seja, produzir excedentes para exportação e, com isso, contribuir para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

A mudança do perfil econômico da região, evidenciada pelo comportamento das exportações, trouxe elementos que alteraram a dinâmica das cidades e seus respectivos funcionamentos. O processo de urbanização, visto sob o aspecto populacional, foi extremamente acelerado em todo o Centro-Oeste, principalmente nas cidades médias e grandes. Num primeiro momento, elas tiveram sua população aumentada em função dos vários fluxos migratórios internos e

externos e, num segundo momento, funcionaram como "ímãs", atraindo para si e para seus respectivos entornos grandes contingentes populacionais, já como fruto de uma mobilidade mais interna do que externa.<sup>6</sup>

Essa dinâmica resultou num processo de "urbanização concentrada", o que implicou a existência de poucas cidades com população elevada, ou seja, apenas 2,6 dos municípios possuem população superior a 100 mil habitantes. No entanto, estes, juntos, detêm metade do contingente populacional da região (49,9%), lembrando que nesse quantitativo existem duas capitais: Brasília, capital nacional, e Goiânia, capital regional, ambas com população acima de 1 milhão de habitantes. No outro extremo, encontram-se 32,1% dos municípios com população de até 3 mil habitantes, onde residem apenas 4,2% da população. Se, por um lado, esses números revelam a força de

Tabela 6 – Distribuição dos municípios do Centro-Oeste segundo as classes da população por Estado (GO, MT, MS e DF – 2000) (em 1.000 habitantes)

| Classes de população | Distribuição por Estados |     |     |    | População por Estado |         |         |         | Nº de municípios |      | População total |      |
|----------------------|--------------------------|-----|-----|----|----------------------|---------|---------|---------|------------------|------|-----------------|------|
|                      | MS                       | MT  | GO  | DF | MS                   | MT      | GO      | DF      | Nº               | %    | Residentes      | %    |
| até 3 mil            | 0                        | 9   | 40  | –  | 0,0                  | 20,5    | 96,9    | –       | 49               | 11,0 | 117,4           | 1,0  |
| de 3 a 5 mil         | 8                        | 22  | 64  | –  | 33,5                 | 89,2    | 246,1   | –       | 94               | 21,1 | 368,9           | 3,2  |
| de 5 a 10mil         | 20                       | 34  | 55  | –  | 146,9                | 250,1   | 390,9   | –       | 109              | 24,4 | 787,9           | 6,8  |
| de 10 a 20 mil       | 28                       | 39  | 36  | –  | 394,5                | 554,7   | 499,4   | –       | 103              | 23,1 | 1.448,7         | 12,4 |
| de 20 a 50 mil       | 16                       | 15  | 31  | –  | 438,8                | 469,2   | 959,7   | –       | 62               | 13,9 | 1.867,8         | 16,1 |
| de 50 a 100 mil      | 3                        | 4   | 10  | –  | 235,7                | 271,6   | 729,3   | –       | 17               | 3,8  | 1.236,6         | 10,6 |
| de 100 a 500 mil     | 1                        | 3   | 5   | –  | 164,9                | 848,9   | 987,9   | –       | 9                | 2,0  | 2.001,7         | 17,2 |
| de 500 a 1 milhão    | 1                        | 0   | 0   | –  | 663,6                | 0,0     | 0,0     | –       | 1                | 0,2  | 663,6           | 5,7  |
| mais de 1 milhão     | 0                        | 0   | 1   | 1  | 0,0                  | 0,0     | 1.093,0 | 2.051,1 | 2                | 0,4  | 3.144,2         | 27,0 |
| Total                | 77                       | 126 | 242 | 1  | 2.078,0              | 2.504,4 | 5.003,2 | 2.051,1 | 446              | 100  | 11.636,7        | 100  |

Fonte: IBGE – Censo demográfico de 2000.

atração das médias e grandes cidades, de outro, fica evidente a incapacidade das políticas locais e regionais no sentido de reter nos municípios menores sua população. Em outros termos, a modernização agrícola dos anos 70 desencadeou um processo de desertificação populacional que afetou grande parte dos municípios do Centro-Oeste.

Ressalte-se que no Centro-Oeste, segundo o Censo 2000, existem 446 municípios, sendo: 242 no estado de Goiás, onde residem 43,0% da população da região; 77 no Mato Grosso do Sul, com 17,9% da população; 126 no estado de Mato Grosso, com 28,3% da população e o Distrito Federal, com 17,6% da população centroestina.

Outro aspecto a ser considerado é que, nos municípios de porte médio, as possibilidades de vida mais digna e com menos desigualdades sociais são maiores. Nesse sentido, políticas públicas voltadas para municípios desse porte deveriam ocupar prioritariamente a agenda dos governantes, com o objetivo de fortalecer sua economia e, com

isso, reduzir a pressão migratória sobre os municípios maiores.

Já as cidades pequenas, com menos de 20 mil habitantes, têm sistematicamente cedido sua população para as cidades médias, e estas, para as cidades grandes. Mesmo os municípios com menos de 100 mil habitantes possuem capacidade limitada de retenção de seus moradores, certamente por não possuírem uma rede de serviços e de comércio capaz de atender às suas expectativas.

Dentre as cidades mais receptoras, encontram-se as que estão na faixa de 100 a 500 mil habitantes. Essas cidades receberam população da própria região e de outras regiões do país. No entanto, o topo da “urbanização concentrada” está também nas cidades com população acima de 500 mil habitantes e menos de 1 milhão. Nesse patamar, apenas duas cidades, Cuiabá (com menos de 483 mil) e Campo Grande (com 663 mil). A Região Metropolitana de Goiânia e a Região de Desenvolvimento Integrado do Entorno (RIDE-Brasília) possuem, juntas,



mais de 4,5 milhões, ou seja, mais de 1/3 da população (39,5%) de todo o Centro-Oeste. A concentração fica mais evidente quando se observa a população residente urbana, em que aproximadamente 65% moram em Goiás e no Distrito Federal.

Quanto à evolução da população urbana no Centro-Oeste, verifica-se que, com exceção de Mato Grosso, a taxa de crescimento é superior à média nacional. As maiores taxas de crescimento ocorreram em Goiás no período de 1950-70, devido à construção de Goiânia e de Brasília, e no Mato Grosso no período de 1980-91. A explicação tem a ver com a anexação de parte do estado do Mato Grosso ao recém-criado estado do Mato Grosso do Sul.

Todo esse processo resultou na elevação da taxa de urbanização da região, que passou de 21,5% em 1940, 48% em 1970 para 86,7% em 2000, sendo que no Distrito Federal essa taxa atinge 95,6% (Tabela 1).

Obviamente, a população rural, em termos absolutos, vem decrescendo a taxas elevadas, refletindo um processo rápido de deslocamento da população rural para as periferias das cidades pequenas, médias e grandes.

Vale destacar que as ações governamentais, de um lado, estimularam o desenvolvimento da região, sobretudo as atividades agropastoris e agroindustriais a partir dos anos 70; de outro lado, porém, provocaram grandes impactos nos espaços urbano e rural, alterando sobremaneira o seu perfil.

O conjunto dos dados disponibilizado para a região dá a medida do quanto a rede urbana no Centro-Oeste está concentrada em poucas cidades, onde as relações se dão de forma verticalizada e hierarquizada. Até os anos 60, as cidades assumiam um perfil

mais disperso, apesar da existência de centros polarizadores como as capitais e outras aglomerações urbanas de menor porte, que foram importantes enquanto espaço estratégico para alavancar a fase seguinte. A partir dos anos 70, o perfil da região alterou-se com o crescimento acelerado de algumas cidades e a dinamização de centros urbanos de pequeno porte existentes em seu entorno, ensejando o surgimento de uma rede urbana sem a construção de mecanismos que assegurassem a articulação e a complementaridade entre as cidades (ver Michel Rochefort, 1998, p. 19).

A idéia de “rede urbana” estimula pensar na possibilidade concreta de que é necessário que as cidades se articulem em função de objetivos comuns, criando verdadeiras “redes de cidades”, o que implica necessariamente romper com as formas verticalizadas e hierarquizadas ainda hoje predominantes e evoluir para formas que privilegiem o poder sinérgico que há nessas “redes”, em maior escala, e nas cidades, em escala menor. Isso significa que as cidades, ao invés de competirem entre si, devem estabelecer relações de complementaridade, de modo que “o específico” de cada cidade da rede seja potencializado e não sufocado, neutralizado.<sup>7</sup>

A Tabela 7 mostra em quais centros urbanos está concentrada a grande maioria da população total do Centro-Oeste. Observa-se que 57,4% estão concentrados em apenas 40 municípios, o que corresponde a 9,0% dos 446 municípios da região. Só as capitais dos estados abrigam mais de 4 milhões de habitantes, correspondendo a 36,9% da população total do Centro-Oeste. Outro espaço de grande concentração populacional é o denominado eixo Goiânia-

Tabela 7 – Principais aglomerações urbanas do Centro-Oeste brasileiro (acima de 100 mil habitantes)

| Aglomerações urbanas                           | Quantidade de municípios | População (2000) | % em relação à população total |
|--|--------------------------|------------------|--------------------------------|
| 1. Metropolitana Nacional de Brasília (Ride)   | 22                       | 2.958.196        | 25,4                           |
| 2. Metropolitana Regional de Goiânia           | 11                       | 1.639.516        | 14,1                           |
| Sub-total (1+2)                                | 33                       | 4.597.712        | 39,5                           |
| 3. Não Metropolitana de Cuiabá + Várzea Grande | 2                        | 698.644          | 6,0                            |
| 4. Centro urbano isolado de Campo Grande (MS)  | 1                        | 663.621          | 5,7                            |
| Sub-total (1+2+3+4)                            | 36                       | 5.959.977        | 51,2                           |
| 5. Centro urbano isolado de Anápolis (GO)      | 1                        | 288.085          | 2,5                            |
| 6. Centro urbano isolado de Dourados (MS)      | 1                        | 164.949          | 1,4                            |
| 7. Centro urbano isolado de Rondonópolis (MT)  | 1                        | 150.227          | 1,3                            |
| 8. Centro urbano isolado de Rio Verde (GO)     | 1                        | 116.552          | 1,0                            |
| Sub-total (5+6+7+8)                            | 4                        | 719.813          | 6,2                            |
| Total geral (1 a 8)                            | 40                       | 6.679.790        | 57,4                           |
| População do Centro-Oeste                      | –                        | 11.636.728       | 100,0                          |
| População urbana total do C.O.                 | –                        | 10.092.976       | 86,7                           |
| Total de municípios envolvidos                 | 40                       | –                | –                              |

Fonte: Relatório VI da pesquisa IPEA/Unicamp-IE-Nesur/IBGE (Tabela VIII) – Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil/1999 – (Dados organizados e atualizados pelo autor).

Anápolis-Brasília, com 33 municípios, considerando os entornos de Goiânia e Brasília. Nesse eixo, concentram-se 4,8 milhões de pessoas, correspondendo a 42% da população do Centro-Oeste, portanto, mais de 1/3. Se, por um lado, a concentração em cidades disponibiliza mão-de-obra abundante e barata, por outro, por ser abundante e mal remunerada, gera problemas urbanos de toda ordem.

Assim, Goiânia e Brasília produziram periferias internas nos seus respectivos territórios e no entorno de suas respectivas áreas de influência que funcionam como “tapete” para onde se varre a sujeira que incomoda e desvirtua a beleza das chamadas “áreas nobres” - as manchas de pobres

que emolduram a paisagem urbana e comprometem o visual da cidade. Os espaços do “entorno”, ou seja, das Regiões Metropolitanas, são formados pela incapacidade de os núcleos centrais absorverem a pressão das correntes migratórias.

Nesse sentido, acabam funcionando como “biombos” para reduzir as pressões sobre as áreas centrais. Entretanto, o que se verifica é que, nas Regiões Metropolitanas, também estão se formando espaços ocupados por enormes “manchas de pobreza” cada vez mais inseridas num processo crescente de segregação social, em que imperam a insegurança, a criminalidade incontrolável, o alcoolismo, os desajustes familiares e o desemprego crescente.

## Considerações Finais

Ousamos enquadrar a ocupação dos cerrados no Centro-Oeste como resultado da transferência de tecnologia podre dos centros mais devolvidos para a periferia do sistema capitalista. Essa ousadia está na constatação de que, nos países de origem do grande capital, existe uma grande intolerância quanto ao uso de produtos que podem causar algum dano à saúde de quem os maneja, como também de quem os consome. Essa intolerância vem tanto dos consumidores quanto das autoridades ligadas à saúde humana. Na medida em que o uso desses produtos é rigorosamente controlado, até mesmo proibido em seus países de origem, a tendência do poder econômico é buscar novos espaços onde eles possam ser utilizados com o mínimo de controle, tanto dos governos como dos setores da sociedade civil.

O processo de ocupação dos cerrados no Centro-Oeste brasileiro não é recente, remontando aos tempos em que a presença humana se fazia presente por meio dos caçadores e coletores de frutos e de muitos outros alimentos próprios dos cerrados. Cabe salientar que esse processo de ocupação primitivo não implicava ameaças ao bioma cerrado, pois havia sintonia entre o homem e a natureza. A extração dos produtos naturais não tinha caráter econômico, destinando-se exclusivamente à sobrevivência de seus habitantes.

A dinâmica econômica do Centro-Oeste assume caráter perverso, sobretudo a partir dos anos 70, quando o Estado brasileiro (era dos governos militares) decide aprofundar a lógica da interiorização do desenvol-

vimento, iniciado em meados dos anos 30 com o governo Vargas. São vários os processos humanos de ocupação dos cerrados com fins econômicos: a exploração do ouro e de pedras preciosas (século XVIII); a criação extensiva de gado (a partir do século XIX) e, mais recentemente, a produção de *commodities*, processos esses que consolidaram a presença humana nos espaços urbanos.

Por que o período pós 1970 é considerado o mais devastador do ponto de vista ambiental e social? Porque as atividades produtivas, não só no Centro-Oeste, mas em todo o país, a partir da década de 1970 passam a se orientar por uma dinâmica econômica que procura a maximização dos investimentos a todo custo. É o período da entronização real do capitalismo na sociedade brasileira, quando este, já amadurecido, encontra-se pronto para sua inserção internacional. Para essa inserção, mais do que nunca, existe a necessidade de se abrirem novas fronteiras e modernizar a produção e sua forma de organização política, social e ideológica.

As conseqüências ambientais que resultam da forma predatória de como o capital se apropria das terras dos cerrado no Centro-Oeste são muitas. Nas décadas de 1970 e 1980, houve o deslocamento da fronteira agrícola para o Centro-Oeste, com base em desmatamentos, queimadas, uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, cujos efeitos antrópicos modificam as áreas dos cerrado, tendo como conseqüência o aparecimento de grandes voçorocas, o assoreamento dos cursos d'água e o envenenamento de ecossistemas. Essa decisão de expandir as atividades agrícolas exigiu o uso indiscriminado de agrotóxicos que, por sua vez, contaminam o solo e as águas e comprometem mais ainda

as bacias hidrográficas já ameaçadas em decorrência de sua exploração exaustiva para uso da agricultura irrigada. Atualmente, cerca de 70% do cerrado é utilizado para a agropecuária, principalmente para o cultivo da soja.

Somente a partir da década de 1990 é que os cerrados passam a ocupar a agenda ambiental, primeiro nas academias e, posteriormente, nas instituições governamentais. Nesse sentido, governos e setores organizados da sociedade começam a debater sobre como conservar o que restou do cerrado,<sup>8</sup> com a finalidade de buscar tecnologias embasadas no uso adequado dos recursos hídricos, na extração de produtos vegetais nativos, nos criadouros de animais silvestres, no ecoturismo e em outras iniciativas que possibilitem um modelo de desenvolvimento sustentável e justo.<sup>9</sup>

Lamentavelmente, os cerrados continuam sendo um bioma ainda esquecido pelos brasileiros, até mesmo pelas pessoas que habitam o Centro-Oeste e que vêm com bons olhos o processo de desenvolvimento pelo qual está passando. Ou seja, o próprio homem do Centro-Oeste não leva em consideração a biodiversidade presente nesse bioma e as ameaças que pairam sobre ele com a perspectiva do “progresso”. No dizer de Corrêa (2000), “durante a construção de Brasília, não houve preocupação com a preservação do cerrado: afinal, ali estava a ‘vegetação lixo do Brasil’, que precisava ser eliminada para ceder espaço à urbanização”. Palavras duras, mas que expressam a concepção que os empreendedores tinham dos cerrados e que, abruptamente, a partir dos anos 70, foi se alterando, tendo como base os estudos da Embrapa que sinalizavam para o seu aproveitamento produtivo.

O fato é que, em pouco menos de quarenta anos, a paisagem dos cerrados no Centro-Oeste mudou radicalmente em função dos interesses estruturais do desenvolvimento econômico brasileiro. Para isso, o Estado brasileiro formulou políticas de investimentos que implicaram a implantação de infra-estrutura e disponibilizaram fartas linhas de crédito, muitas, inclusive, a fundo perdido. Ressalte-se que tudo isso foi levado a efeito sem se levar em consideração as conseqüências ambientais. A esse respeito, Corrêa (ibid.), conclui que,

A efetivação de medidas legais como a criação de reservas legais e promoção de cuidados contra a erosão no manejo do solo pode servir de justificativas para a concretização de atividades que, apesar dessas medidas, continuam sendo impactantes ambientalmente. O Prodecer<sup>10</sup> é um exemplo dessa realidade. Ao mesmo tempo em que os seus planejadores admitem a ocorrência dos danos ambientais provocados pela agricultura moderna no Cerrado, este Programa tem sido um indutor da expansão da fronteira agrícola, a fim de contribuir com a ampliação da oferta de grãos nos mercados mundiais. No entanto, pouca atenção foi destinada ao impacto ocasionado ao meio ambiente. Em decorrência, houve a perda de parte da biodiversidade, cujas potencialidades econômica, científica e medicinal não são nem sequer totalmente conhecidas. Embora não exista uma avaliação global sobre os danos provenientes dessa rápida incorporação produtiva, que se iniciou nos anos setenta é possível afirmar que esta proporcionou desmatamentos constantes, compactação e erosão dos

solos, contaminação das águas por agrotóxicos, destruição das matas de galerias, invasão de plantas e faunas exóticas alterando o equilíbrio dinâmico do ecossistema.

Os efeitos ambientais desse processo de ocupação perversa, em decorrência das

atividades humanas, permanecem castigando o território centroestino até os dias de hoje, contraditoriamente, como constata Correa, quando observa que há “desequilíbrio, francamente favorável a alguns setores da sociedade e desfavorável para o meio ambiente”.

### **Aristides Moysés**

Economista pela Universidade Católica de Goiás. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas e Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás. Professor do Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável. Coordenador e Pesquisador do Observatório das Metrôpoles: Núcleo Goiânia/Instituto do Milênio-CNPq. Técnico do Departamento de Ordenação Socioeconômico da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de Goiânia (Goiás, Brasil).  
arymoyses@uol.com.br

### **Eduardo Rodrigues da Silva**

Economista pela Universidade Católica de Goiás. Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Professor e Diretor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás. Pesquisador do Observatório das Metrôpoles: Núcleo Goiânia/Instituto do Milênio-CNPq (Goiás, Brasil).  
eduardo.eco@ucg.br

## **Notas**

- \* Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional da Anpur – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ST 2 - Rede urbana e estrutura territorial em Belém, Pará – 21 a 25 de maio de 2007, com o título “Ocupação e urbanização dos Cerrados do Centro-Oeste e a formação de uma Rede urbana concentrada e desigual”.
- (1) Os cerrados, segundo Abramovay (1999), ocupam um quarto do território brasileiro, num total superior a 200 milhões de hectares. Desse total, 155 milhões de hectares estão no Planalto Central e 38,8 milhões de hectares no Nordeste (Freire, 1997, p. 201), dos quais a maior parte (30,3 milhões de hectares) na região Meio-Norte; 43,3% da superfície do Maranhão é composta de cerrados e 64,7% da do Piauí (Rocha, 1997, p. 63). Existem áreas de cerrados ainda em Rondônia, Roraima, Amapá e Pará, bem como em São Paulo.

- (2) Dentre as técnicas de irrigações utilizadas na agricultura moderna, cujos objetivos principais são o fornecimento controlado de água e a fertilização do solo com a deposição de elementos necessários para torná-lo mais produtivo, destaca-se o Pivô Central. Trata-se de um sistema de tubulação metálica com aspersores, montado sobre uma estrutura metálica com rodas, sendo uma das extremidades o ponto central (ponto do pivô) de onde é bombeada água, fertilizantes, inseticidas e fungicidas. Esse sistema se move como hélice e é capaz de irrigar áreas ente 50 e 130 hectares
- (3) O ITS estima que mais de 300 cursos d'água secaram no Centro-Oeste em consequência da forma de ocupação do cerrado.
- (4) O estudo "Desenvolvimento urbano do Centro-Oeste" é fruto de esforço coletivo do qual participaram Aristides Moysés, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando César de Macedo Mota e Zoraide Amarante Itapura de Miranda.
- (5) "Grande parte deste dinamismo está associado às características de fronteira aberta do Centro-Oeste, à sua extensão territorial e às potencialidades naturais e sociais de sua região, tais como a vasta vegetação típica do cerrado, recursos hídricos em abundância, recursos minerais, taxas crescentes de população alavancadas por um fluxo migratório intenso" (Moysés et alii, 1999).
- (6) Esse fenômeno foi chamado de "desconcentração urbana" por vários autores, dentre eles Luiz César de Queiroz Ribeiro (1994).
- (7) Com a emergência das cidades globais, fala-se hoje em rede de cidades globais. Trata-se de um espaço em que um conjunto de atividades econômicas e de integração sociocultural ocorre em tempo real, graças ao avanço da tecnologia computacional e das telecomunicações. A esse respeito, existe vasta literatura. Nesse novo contexto, a cidade ocupa papel central. Autores como Sassen (1991; 1998; 1999), Borja (1998), Castells (1999), Ascher (1998), Ianni (1994), Hall (1998), de leitura obrigatória, focalizam a cidade como o novo ponto cardeal das questões urbanas.
- (8) Não há consenso entre os estudiosos do bioma cerrado, para os quais as áreas de cerrados preservadas variam de 20 a 50%; na década de 1990 e nos anos 2000, a situação vem se agravando com o uso intensivo de tecnologias defensivas para os interesses econômicos, mas agressivas para o meio ambiente. Entretanto, há consenso quanto às possibilidades de seu desaparecimento no futuro, caso as reservas ainda existentes não sejam preservadas.
- (9) No caso de regiões onde ocorreu desmatamento para permitir a expansão da agricultura, a recuperação exige a intervenção humana, ou seja, o replantio de espécies nativas do cerrado. Para recuperar totalmente essas áreas a estimativa é de 50 a 100 anos.
- (10) O Prodec (Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados) foi idealizado em 1974. Os anos de 1974 a 1977 foram de entendimentos, acordos e amadurecimento do projeto, para então, em 1978, dar início concreto às atividades no cerrado, local que até então era considerado impróprio para a agricultura. Os recursos japoneses (financiamento) vieram de fontes institucionais do governo e dos bancos privados, liderados pelo Long Term Credit Bank, que são os co-financiadores. Os projetos-piloto foram financiados pela Japan International Cooperation Agency (JICA) e o projeto de expansão pelo Overseas Economic Cooperation Found (OECF). disponível em: <http://www.asiayargentina.com/usp-05.htm> - Acessado em 20.7.2008

## Referências

- ABRAMOVAY, R. (1999). Moratória para os Cerrados. Elementos para uma estratégia de agricultura sustentável. Texto internet. Departamento de Economia e Programa de Ciência Ambiental da USP. abramov@usp.br - Disponível em: [http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros\\_trabalhos/1999/Moratoria\\_para\\_os\\_cerrados.pdf](http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/outros_trabalhos/1999/Moratoria_para_os_cerrados.pdf) - Acessado em 15.3.2006
- ASCHER, F. (1998). *Metápolis: acerca do futuro da cidade*. Oeiras, Celta.
- BARBOSA, A. S. (s.d.). Cerrado: a dor fantasma. Texto internet. Disponível em: <http://www2.ucg.br/flash/artigos/050705cerrado.html> - Acessado em 17.8.2006
- BORGES, P. C. A. (1999). *Identidade Regional e Política no Centro do Brasil*. Trabalho apresentado no Congresso Luso Brasileiro – Memórias e Imaginários, novembro. Mimeo.
- BORJA, J. e CASTELLS, M. (1998). *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. Madri, Taurus.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- CORRÊA, R. A. (2000). S.O.S Cerrado: Help! Help! *Revista de Pedagogia*, ano 1 – n. 1. Disponível em: [www.fe.unb.br/revistadepedagogia](http://www.fe.unb.br/revistadepedagogia) - Acessado em 18.7.2008.
- DELITTI, W. B. C. e PIVELLO, V. R. Cerrado (s/d). Biodiversidade Ameaçada. Texto internet:<http://www.mre.gov.br/CDBBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/meioamb/biodiv/cerrado/apresent.htm> - Acessado em 20.7.2006
- ESTEVAN, L. (1998). *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia, Editora do Autor.
- HALL, P. (1988). *Cidades do amanhã*. São Paulo, Perspectiva.
- IANNI, O. (1994). A cidade global. *Revista Cultura Vozes*, v. 88, n. 2.
- IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR (2002). *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste*. Volume 4. Brasília, IPEA.
- MOYSÉS, A. et alii (1999). *Desenvolvimento urbano do Centro-Oeste*. Trabalho em Grupo apresentado em Seminário da Disciplina Política Econômica e Desenvolvimento Urbano do Centro-Oeste. São Paulo, Instituto de Economia da Unicamp.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (1994). "Reforma urbana na crise: balanço teórico e desafios". In: *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ROCHEFORT, M. (1998). *Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo, Hucitec.
- SANTOS, M. (1996). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.

SASSEN, S. (1991). *The global city. New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press.

\_\_\_\_\_ (1998). *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel.

\_\_\_\_\_ (1999). "Os espaços da economia global". In: *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo, Unesp/Fapesp.

Recebido em maio/2008

Aprovado em ago/2008